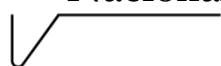


Um ciclo liberal no Fascismo de Mussolini: tradução e análise sobre o programa do Partido Nacional Fascista



Sergio Schargel¹

Resumo

Muito se discute sobre a equivalência de fenômenos contemporâneos com o Fascismo de Mussolini. Um dos argumentos contra essa equivalência se baseia no caráter liberal de alguns desses movimentos atuais. Entretanto, o próprio Fascismo, a despeito de seu antiliberalismo, experimentou um período liberal, ao menos na economia, conforme foi forçado a conceder espaços para uma coligação liberal-conservadora em um primeiro momento no poder. Por meio de análise de conteúdo e em *close-reading*, utilizando o *software WordCloud*, e ante a hipótese de que o Fascismo foi um movimento/regime que se reinventou ao longo das décadas – o que, na prática, torna difícil falar em apenas um Fascismo – a proposta deste artigo é analisar as características e traços presentes no programa de fundação do *Partido Nacional Fascista* (PNF). Por fim, o trabalho conclui com a tradução inédita para o português do programa.

Palavras-chave: Fascismo; Mussolini; Partido Nacional Fascista; PNF; ciclo liberal do Fascismo.

Abstract

Much has been discussed about the equivalence of contemporary phenomena with Mussolini's Fascism. One of the arguments against this equivalence is based on the liberal character of some of these current movements. However, Mussolini's Fascism, despite its anti-liberalism, experienced a liberal period, as it was forced to concede spaces for a liberal-conservative coalition in its first moment in power. Through a content analysis and close-reading, using WordClouds software, and considering the hypothesis that Fascism was a movement/regime that reinvented itself over the decades - which, in practice, makes it difficult to speak of just one Fascism – the purpose of this article is to analyze the characteristics and traits present in the founding program of the National Fascist Party (NFP). Finally, the paper concludes with the first translation to Portuguese of the program.

Keywords: Fascism; Mussolini; Partido Nacional Fascista; PNF; liberal cycle of Fascism.

¹ Doutorando em Letras pela USP. Mestre em Letras pela PUC-Rio e Mestre em Ciência Política pela Unirio. Bacharel em Comunicação Social, Jornalismo e Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, ambas pela PUC-Rio.

Análise sobre o segundo programa de um movimento Fascista: o PNF

O *Fasci di Combattimento*, que pode ser pensado como a primeira versão do Fascismo de Mussolini, foi fundado em 23 de março de 1919, mas não durou muito. Dois anos depois, em novembro de 1921, Mussolini fundou o Partido Nacional Fascista (PNF), que durou até a Segunda Guerra. Entretanto, pouco antes, em maio de 1921, aconteceram eleições nacionais e 35 deputados vinculados ao *Fasci*, incluindo Mussolini, foram eleitos, em uma coligação anticomunista que englobava também conservadores e liberais. Na data da transformação do *Fasci* em PNF, o movimento incluía mais de 300 mil membros, cerca de 0,7% da população italiana da época (aproximadamente 40 milhões de pessoas) (PACHUKANIS, 2020, p. 37-38). O movimento também se torna mais plural, conforme cresce em tamanho. Vai além apenas dos veteranos do início, e começa a angariar apoio maciço na pequena burguesia empobrecida com a crise e “assustada pela dupla pressão do grande capital e do proletariado” (FRESU, 2017, p. 47). Também se dissemina entre jovens, capturados pela mística nacional e pela retórica heróica.

Robert Paxton (1998) classifica o fascismo como um conceito genérico que aglomera uma série de características, sintetizadas dentro de quatro outros conceitos simultâneos: populismo, reacionarismo, nacionalismo e autoritarismo. Segundo o autor, todo fascismo obedeceria uma lógica pautada por cinco estágios, da criação do movimento a sua radicalização ou entropia.

Grande parte desses movimentos não consegue ir além dos primeiros dois estágios: 1) criação, quando surgem suas manifestações iniciais; e 2) enraizamento, quando se legitima no debate público, podendo se tornar uma força no Legislativo. Isto é, possuem alguma influência política, mas não conseguem chegar ao Executivo Federal e se tornar força majoritária, como ocorreu, por exemplo, com movimentos de matriz fascista em países como Peru e Argentina na década de 1930 (FINCHELSTEIN, 2021). Já no terceiro estágio, chegada ao poder, por meio de alianças com entidades conservadoras e liberais, os movimentos fascistas enfim ascendem ao Executivo, mas forçados a governar em coalizão. Como vale lembrar, nenhum movimento fascista até hoje chegou ao poder por meio de um golpe (PAXTON, 1998). De onde decorre o ponto de inflexão: se os conservadores prevalecerem sobre os fascistas, este tende para um autoritarismo tradicional, como ocorreu, por exemplo, na Espanha no Falangismo-Franquismo, ou mesmo no Brasil, com

o Varguismo-Integralismo. Em ambos países, as forças fascistas chegam ao Executivo, mas como parte de uma aliança com os conservadores, como forças menores. Caso se tornem força majoritária, chegam ao quarto estágio: o exercício do poder. Por fim, no último estágio, o movimento/regime caminha ou para uma normalização e transformação para um autoritarismo tradicional, a entropia, ou para sua radicalização e totalitarização. Para Paxton (1998, p. 23), somente o Nazismo atingiu esse segundo ponto do último estágio, e chega a sugerir que, no limite, pela necessidade de mobilização constante das massas, todo fascismo seria autodestrutivo em sua essência.

Outro ponto interessante da perspectiva de Paxton (2007, p. 51) é sua defesa de que Mussolini, na verdade, não foi o criador do fascismo, embora tenha criado o Fascismo. A letra maiúscula denota uma diferença fundamental: conceito e movimento. Mussolini, por certo, deu o nome a um aglomerado de características que o precediam e transcendiam, pegando emprestado o “Fascio” do nome de movimentos de esquerda. Mas movimentos semelhantes existiam com nomes diferentes antes de 23 de março de 1919, data da fundação do Fascio di Combattimento, como o próprio movimento nacionalista de Gabriele D’Annunzio² na Itália. Elementos semelhantes se deslocavam por toda a Europa da época, antes e ao mesmo tempo que Mussolini. O Fascismo apenas foi o mais famoso deles, e o que nomeou essa forma de fazer política inédita do século XX (PAXTON, 2007, p. 47). E, por essas razões, o fascismo não morreu com a morte do Fascismo em 1945.

Com seu crescimento em 1921 e institucionalização em um partido, o Fascismo de Mussolini entra em seu segundo estágio na identificação de Paxton (1998): o enraizamento político, ou o processo de institucionalização e penetração no Legislativo. Como o jurista soviético Evgeni Pachukanis já percebera na década de 1930:

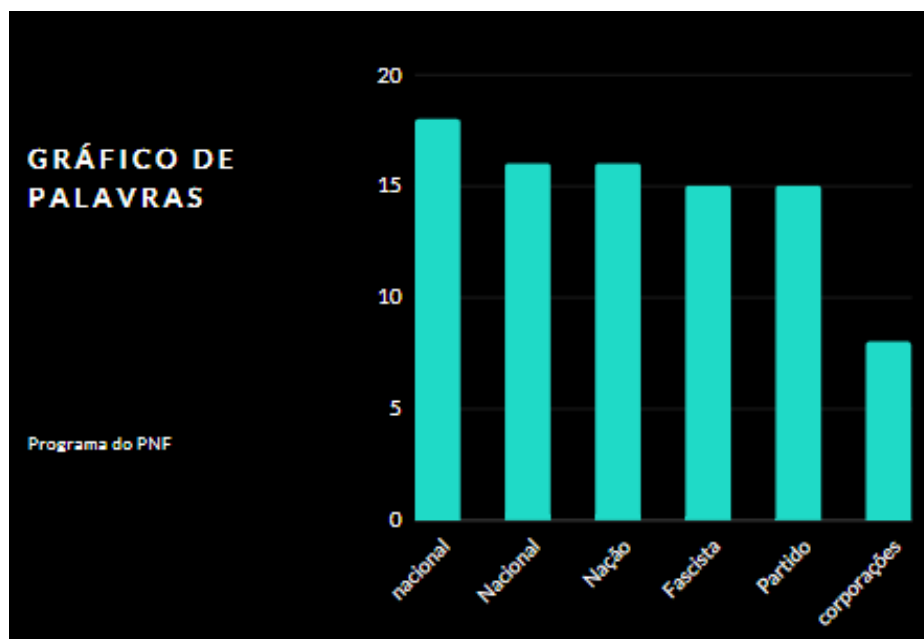
Em 1921, o fascismo já começa a se livrar de seu invólucro antiplutocrático e revolucionário. Propõe abertamente o programa de um poder forte e, ao mesmo tempo, liberdade de circulação para o capital. O programa fascista de 1921 coloca ênfase no definhamento do monopólio estatal, na previsão de condições mais favoráveis para a acumulação capitalista: o Estado deve ser reduzido a suas funções essenciais; a atividade dos cidadãos, como produtores, deve estar submetida à competência de conselhos técnicos. Em seu primeiro discurso parlamentar (21 de junho de 1921), Mussolini pronuncia a seguinte

² Mussolini absorveu muito da estética, retórica e discurso do movimento de D’Annunzio em sua tentativa de conquistar a cidade fronteiriça de Fiume à Itália, tirando-a da Iugoslávia. O jeito inflamado, masculinista, bélico, teatral, foi transposto de um para outro (PAXTON, 2007, p. 68)

apologia ao capitalismo: “Com base na novíssima literatura socialista, a qual não se pode contornar, declaramos que a história real do capitalismo está apenas começando, que capitalismo não é só um sistema de opressão, mas ele representa a seleção dos mais valiosos, a igualdade entre os mais capazes e o sentimento desenvolvido de responsabilidade individual”. É interessante submeter essas palavras à comparação com o programa dos fascistas publicado em março de 1919: inclui uma jornada de oito horas de trabalho, lei do salário mínimo, seguridade social, aumento pesado de impostos diretos, confisco dos bens da Igreja, confisco de 85% dos lucros de guerra e pesada taxaço sobre o capital. Imediatamente antes da tomada do poder, Mussolini renuncia a suas crenças republicanas e anticlericais. Dá um passo no sentido da reconciliação com o trono e o altar. É preciso dizer que, ainda em 1921, sua declaração de que o fascismo, em essência, é uma tendência republicana não encontra simpatias nem nas fileiras dos próprios fascistas (PACHUKANIS, 2020, p. 38).

O segundo programa era bem maior e mais completo do que o do *Fasci di Combattimento*, o programa inicial de 1919. Ainda que ressaltasse com frequência seu desprezo por programas e doutrinas, Mussolini sabia da necessidade de um programa às eleições de 1921. Começa, por sinal, disfarçando suas reais motivações ao afirmar que “O fascismo se constituiu como um partido político para fortalecer sua disciplina e individualizar suas crenças” (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Logo em sua abertura o programa já transparece algumas palavras-chaves: “crença” e “disciplina”, exemplificando a importância da estrutura hierárquica e disciplinar para o Fascismo.

Figura 1 - Quantidade de menções por palavras no programa do PNF



Fonte: Elaborado pelo autor, através da plataforma WordClouds e baseado no programa do PNF.

Figura 2 - Nuvem de palavras sobre o programa do PNF



Fonte: Elaborado pelo autor, através do *software* WordCloudse baseado no programa do PNF.

O WordClouds mostra que, excluindo-se preposições e artigos, “nazionale”, “Nazionale” e “nazione” são as palavras que aparecem com mais frequência. É significativo que esses sejam respectivamente os três termos mais repetidos no programa, chegando ao ponto de “nacionais” com maiúscula e minúscula serem os mais repetidos. Outrossim, Mussolini, ao explicar o seu entendimento de nação, começa o programa por logo rejeitar o discurso liberal de que a soma das muitas individualidades realiza o milagre do coletivo, ideia clássica que se faz presente seja em Adam Smith (2017), seja em John Stuart Mill (2011). Define nação como um organismo complexo que ultrapassa as barreiras do espaço-tempo. Uma perspectiva geracional que se aproxima, ao menos nesse aspecto, dos argumentos do pilar intelectual do conservadorismo como ideologia política, Edmund Burke (1982, p. 67-68). Isso porque entende que a nação não deve ser uma ferramenta de partidos, mas a “síntese suprema de todo o valor material e imaterial de uma raça” (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Sobre este ponto vale um parêntesis: esta é uma das poucas menções à ideia de “raça” no Fascismo, ausente tanto na *Dottrina* de Mussolini (2006), quanto no programa do Fasci. Não que o Fascismo não fosse racista ou antisemita, mas esses traços eram mais fracos quando comparados ao Nazismo, e não apareciam como ponto central nas ideias de Mussolini. Isso não impediu Mussolini de utilizar táticas de extermínio em seu projeto imperial na África semelhante às que seriam empregadas posteriormente por Hitler (PAXTON, 2007, p. 42).

Da nação, decorre outro ponto essencial que também começa a tomar forma neste segundo programa: a importância do Estado. Ainda que o Fascismo, nos anos seguintes, vá programar uma paradoxal política liberal, no programa do PNF se faz presente as primeiras odes à figura do Estado, intrinsecamente ligada à nação como uma espécie de protetor, de escudo material das tradições do povo. Ou, “personificação jurídica de uma nação” (SCHNAPP, 2000, p. 10, tradução nossa). Para ele, as instituições políticas não são um fim, mais um meio de proteção e expressão desses valores nacionais. E é imprescindível um Estado e uma nação fortes, já que se opõe ao que se pode identificar como semelhante ao discurso contemporâneo de “globalismo”³.

³ Em resumo, a noção de “globalismo” responde por uma visão deturpada da noção de “governança global” (GONÇALVES, 2022). Um entendimento de que entidades supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) estariam mobilizando um processo de fragilização dos estados-nacionais, com a intenção de promover um

Mas a díade entre Estado e nação não é o único traço que é perceptível já neste segundo programa. Também aparece, uma vez mais, traços da proposta do que viria a se tornar o corporativismo, agora um pouco mais estruturado do que dois anos antes, com uma seção inteira dedicada a este ponto (SCHNAPP, 2000, p. 10). Tanto que “corporações” [corporazioni] e “desenvolvimento” [sviluppo] são dois dos termos que mais aparecem, conforme identificado pela nuvem de palavras. Mussolini alega a importância da divisão social em grandes grupos, em estruturas coletivas à nação, a quem devem se subordinar e adquirir uma relação simbiótica. A nação, por sinal, coloca-se acima de todos, e a liberdade individual deve ser restringida quando a ofende (SCHNAPP, 2000, p. 12).

Entretanto, dando início ao seu flerte com um período liberal — um liberalismo econômico, ainda que permaneça sendo antiliberal no sentido político —, e se distanciando das propostas progressistas do programa anterior, Mussolini entende que ao Estado não cabe regular a vida social e o bem-estar dos cidadãos. Pelo contrário, a ele cabe apenas a defesa política e econômica da nação, devendo ser reduzido às suas funções essenciais. Chega a defender a privatização de determinadas indústrias que identifica como mal administradas, como os setores de telefonia, ferrovia, postal e telegráfico (SCHNAPP, 2000,

governo mundial único. Uma teoria da conspiração que não sem motivo se alinha com outras, novas e antigas, como a visão de que o bilionário judeu George Soros, com sua noção de *Open Society*, seria o responsável por esse empreendimento. Ideia que recicla, inclusive, teorias da conspiração antisemitas clássicas, como os *Protocolos dos Sábios de Sião*, com imagens estereotipadas e desumanizadas de judeus paradoxalmente capitalistas e comunistas responsáveis pelo controle de diversos setores: mídia, bancos, elite financeira, etc. Ou seja, não é coincidência o eco que essas teorias manifestam no contemporâneo sobre análogos do passado, como o fragmento do discurso de Mussolini aqui destacado em que se opõe a um “governo mundial”. Como sintetiza Ernesto Araújo, ex-Chanceler de Jair Bolsonaro, em um artigo de 2017 tornado clássico, *Trump e o Ocidente*: “cada pessoa se desenvolve como membro de uma comunidade nacional, não como ‘cidadão do mundo’” (ARAÚJO, 2017, p. 334). Ou, como aponta Slavoj Žižek, em um artigo em que reproduz um fragmento de um jornal de extrema-direita esloveno: “George Soros é uma das pessoas mais depravadas e perigosas da nossa época, está por trás da invasão empreendida pelas hordas negroides e semíticas e, portanto, do crepúsculo da UE [...]. Como um típico talmudo-sionista, é inimigo mortal da civilização ocidental, do Estado-nação e do homem branco europeu” (GEISELBERGER, 2019, p. 295). Na verdade, em seu livro *Globalização*, Soros defende o social-liberalismo e um processo de abertura e integração de mercados, incluindo, no processo, a recepção de refugiados. Isso é o suficiente para que o bilionário seja tomado como alvo e promotor do “globalismo”, com imagens paradoxais e teorias da conspiração das mais estapafúrdias. Por exemplo, o Movimento Brasil Conservador, que criou a efeméride “Dia Internacional de Combate a George Soros” e conta, entre seus membros, com nomes ligados ao Bolsonarismo como Abraham Weintraub, Eduardo Bolsonaro, Sarah Winter e o próprio Jair Bolsonaro, menciona Soros como “O maior financiador da esquerda no mundo, responsável por derrubar governos e desestabilizar nações. Com uma agenda que vai desde a destruição da cultura judaico-cristã, legalização do aborto, ideologia de gênero, até a censura da internet” (MARTINS, 2020). Nesse bojo, Soros já foi acusado de estar por trás da renúncia do papa Bento XVI (MARTINS, 2020), de forjar um atentado que sofreu (RUDIN, 2019), e de criar o vírus da COVID-19 para fragilizar o Ocidente (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2021), entre outras conspirações absurdas. O bode expiatório e a retórica antiglobalismo se disseminou na Hungria de Viktor Orbán, país tradicionalmente antisemita, e foi absorvido pelos Estados Unidos e, posteriormente, pelo Brasil. Por exemplo, disse Orbán em um discurso, ecoando a tradição antisemita do pavor de uma dominação mundial judaica, mas omitindo a palavra “Judeu”, que Soros é mais do que um indivíduo, mas uma entidade “Não nacional, mas internacional. Não acredita em trabalho, mas especula com dinheiro. Não tem pátria própria, mas acredita que tem o mundo inteiro” (RUDIN, 2019).

p. 15). Também reconhece o direito a propriedade privada como basilar (SCHNAPP, 2000, p. 16). Logo depois, exemplificando esse novo caráter liberal do Fascismo, Mussolini afirma que

O Partido Nacional Fascista defende um regime que se esforce para aumentar nossa riqueza nacional, ao libertar empresas e energias individuais [...] e abolindo, de uma vez por todas, a enferrujada, cara e improdutiva maquinaria voltada para um controle baseado no Estado, na sociedade e no município. O partido, portanto, apoia todos os esforços para aumentar a produtividade da Itália e eliminar as formas de parasitismo individual e de grupo (SCHNAPP, 2000, p. 15, tradução nossa).

Os demais processos devem ser deslocados da responsabilidade do Estado para as corporações e associações, para os “clãs econômicos” (SCHNAPP, 2000, p. 11, tradução nossa). Para isso, reforçando as propostas do programa do Fasci, funções parlamentares devem ser restringidas e substituídas pela participação corporativa, pela integração entre os diversos setores econômicos da nação e pela conciliação de classes. As corporações são pensadas, elas próprias, como meio de proteção da nação e forma de desenvolvimento de sua economia. Porém, ainda neste momento o apoio do proletariado era essencial para que o Fascismo se espalhasse como fenômeno de massas. Mussolini, ciente disso, não abandona totalmente as suas propostas progressistas em relação ao proletário. Mantém o argumento da jornada de trabalho de oito horas, já presente no programa do Fasci (mas incluiu exceções sobre trabalhadores agrícolas e em casos especiais), reforma previdenciária e sindicalismo (SCHNAPP, 2000, p. 12).

Em outra brutal diferença em relação ao programa de apenas dois anos antes, seu anticlericalismo praticamente desapareceu. Tanto mais, afirma que ainda que a Igreja deva se submeter ao Estado, é essencial que a esta seja concedida liberdade de credo (SCHNAPP, 2000, p. 11). O discurso contra a Igreja se arrefece ainda mais conforme os anos passam, bem como as propostas progressivas.

A antipolítica e o reacionarismo também se apresentam com mais força do que no programa anterior. Mussolini enxerga uma Itália capturada por elites políticas invisíveis responsáveis por fragmentá-la. Há, nele próprio, um sentimento de antipolítica reacionária, de que o país foi sequestrado por uma quadrilha que governa apenas “em função dos interesses dos partidos políticos”, e não “em função do interesse supremo da nação” (SCHNAPP, 2000, p. 11, tradução nossa). Intrinsecamente maniqueísta, o Fascismo coloca o Estado, então, como um grande pai, o responsável por preservar uma donzela da grande

mácula e impureza que recaiu sobre ela — e o Fascismo assumindo o papel de um paladino da justiça. Um imaginário que não é exclusivo deste programa, conforme aparece em outros, e não é absurdo pensá-lo como interligado ao discurso belicista e masculinista⁴ do grande homem: “O prestígio do Estado-nação deve ser restaurado. O Estado não vê com indiferença a eclosão de forças arrogantes que tentam ou ameaçam enfraquecer material e espiritualmente a sua estrutura. É um zeloso guardião, defensor e propagador da tradição, sentimento e vontade nacionais” (SCHNAPP, 2000, p. 12, tradução nossa). Ao Estado cabe não apenas defender a nação a todo custo, mas desenvolvê-la da melhor forma possível em suas diversas camadas.

O programa também demonstra os desejos imperialistas de Mussolini, para além do nacionalismo. Impulsos que ficariam claros alguns anos mais tarde, quando Mussolini promulgou o novo império italiano. No programa, afirma que a Itália deve ser um farol da “civilização latina na bacia do Mediterrâneo” (SCHNAPP, 2000, p. 12, tradução nossa), a quem cabe controlar assertivamente as nações periféricas anexadas à grande mãe, e integrar os italianos, filhos desgarrados, que se espalharam pelo exterior. Da mesma forma, o Fascismo rejeita os preceitos da Liga das Nações, arguindo que os países não possuem o mesmo nível de igualdade representativa, influência e poder decisório (SCHNAPP, 2000, p. 13). Propõe a difusão do que chama de *Italianità*, ou italianismo, como justificativa para manter e dominar colônias, afirmando seu desejo de disseminação de uma cultura italiana e unificação ultramarina.

Se esta nova versão do Fascismo possui notáveis traços de liberalismo econômico — por mais que mantenha fragmentos de uma retórica antiliberal, principalmente sobre o liberalismo político, que se intensificará nos estágios seguintes — este é secundário frente ao nacionalismo. Quando ambos entram em oposição, o segundo prevalece. O que se confirma nas propostas de Mussolini à educação, entendidas como essenciais à formação da nação e de novos soldados (SCHNAPP, 2000, p. 16). Mussolini chega a propor que escolas e universidades sejam tornadas públicas e gratuitas, já que “O objetivo geral das escolas deve ser a formação de indivíduos que possam contribuir para o progresso econômico e histórico da nação” (SCHNAPP, 2000, p. 16, tradução nossa). Também expõe

⁴Umberto Eco (2018, p. 54-55) sugere, bem como algumas das interpretações psicanalíticas do fascismo, que o machismo e a imagem do grande pai no fascismo decorrem justamente do belicismo, da transferência do fetiche da guerra permanente à esfera sexual.

pela necessidade de formação de professores que compartilhem do espírito nacionalista, dado a importância deles na formação das massas e elites futuras, e a importância de impregnar o espírito nacionalista em ambas. E em um curioso traço pontual de reacionarismo em suas propostas educacionais, aduz pelo latim como segunda língua a ser ensinada nas escolas, com relevância maior do que o francês. Vale ressaltar de passagem a abordagem paretiana tomada nessa passagem, na qual Mussolini reafirma a importância da divisão entre massa e elite, mas de uma forma que a primeira possa ser alçada à segunda, substituindo pedaços decadentes dela em uma “renovação contínua da elite governante por meio do treinamento dos melhores elementos dentro cada classe social” (SCHNAPP, 2000, p. 16, tradução nossa).

Por fim, o belicismo uma vez mais se acopla simbioticamente ao nacionalismo. As Forças Armadas representam um valor unitário da nação, sua maior linha de defesa e de ataque, o pináculo sobre o qual reside todos os esforços da indústria, da economia, da agricultura, dos indivíduos e do coletivo. As Forças Armadas são, assim, o grande amálgama que assegura que “a reserva nacional infinita de espíritos, homens e meios militares estejam sempre treinados, arregimentados e organizados para os tempos de perigo e glória” (SCHNAPP, 2000, p. 17-18, tradução nossa). Para isso, os homens devem estar sempre dispostos a sacrificarem-se pelo bem maior, de onde decorre a importância da educação nacionalista nas escolas (SCHNAPP, 2000, p. 18).

Mussolini termina seu segundo programa afirmando que o Fascismo é uma organização baseada na **ação** (uma palavra que será essencial para entender a sua *Doutrina* alguns anos depois), voltada para três objetivos: político, econômico e combativo. As palavras “ação” e “combativo” não são evocadas sem mais nem menos, elas representam os preceitos Fascistas de agir contra a degeneração, fazendo-o por meio do combate (SCHNAPP, 2000, p. 18). Mussolini não esconde o caráter belicoso, ao contrário, o ressalta: “No que diz respeito ao caráter belicoso, o Partido Nacional Fascista é igual aos seus *Squadristi*. Os *Squadristi* são milícias voluntárias que lutam a serviço do Estado-nação” (SCHNAPP, 2000, p. 18, tradução nossa). Ironicamente, Mussolini diz que a função do Fascismo é justamente combater o sectarismo, mostrando-se aberto a qualquer um que defenda seus valores nacionalistas e defenda a sua doutrina — ainda que Mussolini, na prática, só vá efetivamente publicar uma doutrina 11 anos depois.

A tabela abaixo traz as principais características e conceitos identificados no exercício hermenêutico sobre o programa do PNF.

Tabela 1 - Características do programa do PNF

Programa do PNF (1921) Segundo ciclo (1921-1924): Fascismo liberal. Segundo estágio: enraizamento.	
<i>Conceito</i>	Característica
<i>Antiliberalismo</i>	Rejeição das individualidades
<i>Autoritarismo</i>	Belicismo Milícias paramilitares O Exército como educador dos valores nacionais Forças Armadas como escudo e lança nacionais Sacrifício em prol da nação O Fascismo como fundamento combativo baseado na ação
<i>Corporativismo</i>	Divisão social em grupos econômicos, relação simbiótica com a nação
<i>Imperialismo</i>	Itália como um império, grande centro sobre o qual nações periféricas orbitam Integração com as colônias
<i>Liberalismo</i>	Afirmção do Estado mínimo Privatizações Direito à propriedade privada como basilar
<i>Nacionalismo</i>	Palavras como “nação”, “Nacional” e “nacional” são as que mais aparecem no programa Nação e Estado estão interligados A nação representa o valor material e imaterial de uma raça Anticósmopolitismo, contra um Estado único, a nação acima de todos, rejeição dos princípios da Liga das Nações Escolas como formação de soldados, escolas como segurança da nação
<i>Outros</i>	Resquícios de propostas progressistas visando o proletariado
<i>Reacionarismo</i>	Nação degenerada Antipolítica Latim como segunda língua

Fonte: Elaborado pelo autor, baseada no programa do PNF.

Considerações finais

Através de uma análise em profundidade sobre o programa do *PNF*, este artigo buscou apontar suas principais características e como elas se alteram ou se mantêm conforme o Fascismo evoluiu para seus estágios seguintes. Alguns desses traços, como o discurso sacrificial e bélico, ou o Estado como defensor da nação, se mantiveram; outros, em particular os traços liberais, como a afirmação de Estado mínimo, se enfraqueceram nos anos seguintes.

Na prática, apesar da limitação de espaço de um artigo, trabalhar sobre um programa dos estágios iniciais do Fascismo permite perceber como é complexo falar em apenas um Fascismo. O movimento se reconstruiu dentro de si próprio diversas vezes, conforme a conveniência — Mussolini não hesitava em abrir mão de seus ideais caso fosse necessário, o que é exemplificado conforme abandona os traços anticlericais e antimonarquistas de seu início (PACHUKANIS, 2020, p. 38). Desta forma, se não é simples congelar o Fascismo em uma interpretação unívoca, considerando suas reinvenções, torna-se tarefa ainda mais inglória quando se pensa no fascismo como conceito genérico, para além de sua versão historiográfica. Mas são as interseções, quando existem, que tornam possíveis trabalhar com conceitos deste tipo. O que o programa do *PNF* mostra é que é ingenuidade crer que há uma fórmula estanque de Fascismo. Da mesma forma como é ingênuo acreditar que ele morreu em 1945.

Referências

ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, n. 06, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

BARROSO, G. *Os protocolos dos sábios de Sião*. São Paulo: Agência Minerva, 1936.

BURKE, E. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Tribunal no Peru acusa bilionários Bill Gates e George Soros de fabricarem o novo coronavírus*. 12 jan. 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/tribunal-no-peru-acusa-bilionarios-bill-gates-e-george-soros-de-fabricarem-o-novo-coronavirus-13221507.html>. Acesso em: 03 jan. 2022.

ECO, U. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FINCHELSTEIN, F. *Uma breve história das mentiras fascistas*. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020.

FRESU, G. *Nas trincheiras do Ocidente: lições sobre Fascismo e antifascismo*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2017.

GEISELBERGER, H. (org.). *A grande regressão*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

GONÇALVES, A. Governança global e relações internacionais. *Caderno de Relações Internacionais*, v. 13, n. 24, 2022.

IL POPOLO D'ITALIA. Edição de 06 de junho de 1919. Disponível em: [http://teca.bsmc.it/pub/images/materiale_a_stampa/periodico/Popolo%20d%60Italia\(II\)/CUB0706991_1919_00006/CUB0706991_1919_00006_021.jpg](http://teca.bsmc.it/pub/images/materiale_a_stampa/periodico/Popolo%20d%60Italia(II)/CUB0706991_1919_00006/CUB0706991_1919_00006_021.jpg). Acesso em: 16 set. 2021.

MARTINS, C. Antiglobalistas brasileiros criam dia global contra George Soros. *Gazeta do Povo*, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/certas-palavras/george-soros/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

MILL, J. S. *Sobre a liberdade / A sujeição das mulheres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MUSSOLINI, B. *My autobiography: with "The political and social doctrine of Fascism"*. New York: Dover Publications, 2006.

PACHUKANIS, E. *Fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2020.

PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. *The five stages of fascism*. *The Journal of Modern History*, Vol. 70, n. 01. Março. 1998.

RUDIN, Mike. Por que o bilionário George Soros é odiado pela direita radical. *BBC*, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49657144>. Acesso em 03 jan. 2022.

SCHNAPP, J. T. (org.). *A primer of Italian Fascism*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2000.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. Trad. Norberto de Paula. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

WORDCLOUDS. Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>. Acesso em 05 nov. 2021.

Programa do *Partido Nacional Fascista (PNF)* – 1921

Em *A primer of Italian Fascism*, de Jeffrey Schnapp

Elementos fundamentais

O Fascismo se constituiu como um partido político para fortalecer sua disciplina e sua ideologia.

A Nação não é a simples soma de indivíduos vivos nem o instrumento dos partidos para seus fins, mas um organismo que compreende a série indefinida de gerações das quais os indivíduos são elementos transitórios; é a síntese suprema de todos os valores materiais e imateriais de uma raça.

O Estado é a personificação jurídica da nação. As instituições políticas são eficazes desde que os valores da Nação sejam expressos e protegidos por elas.

Valores autônomos sustentados por indivíduos, como os valores coletivos sustentados por multidões e defendidos por órgãos coletivos organizados, como famílias, municípios, corporações e assim por diante, devem ser promovidos, desenvolvidos e defendidos. Mas isso deve ser sempre feito dentro da Nação, entidade à qual esses valores estão subordinados.

O Partido Nacional Fascista defende que a forma de organização social predominante no mundo de hoje é a sociedade nacional. Além disso, afirma que o destino global não é a unificação de várias sociedades em uma única, ou seja, a “humanidade”, na linguagem dos internacionalistas. Em vez disso, o destino promete algo melhor: competição frutífera e pacífica entre todas as sociedades nacionais.

O Estado

O estado deve ser reduzido às suas funções essenciais: manter a ordem política e jurídica.

O Estado confere poderes e responsabilidades às associações. Também concede às corporações o direito de voto nas eleições para os Conselhos Técnicos Nacionais.

Daqui decorre que as competências e funções atualmente atribuídas ao Parlamento devem ser restringidas. Sob a influência do Parlamento vêm todos os problemas do indivíduo como cidadão do Estado e do Estado como órgão cujo objetivo consiste em realizar e proteger o supremo interesse nacional. Sob o controle dos Conselhos Técnicos Nacionais, vêm todos os problemas que envolvem as atividades desenvolvidas por indivíduos como produtores.

O Estado é soberano. Tal soberania não pode e não deve ser prejudicada ou diminuída pela Igreja, à qual deve ser concedida ampla liberdade para que possa cumprir seu ministério espiritual.

A atitude do Partido Nacional Fascista em relação às formas assumidas pelas instituições políticas individuais depende dos interesses morais e materiais da Nação, entendidos tanto em sua realidade quanto em seu devir histórico.

As corporações

O surgimento de corporações é um fato histórico ao qual o Fascismo não pode se opor. O PNF tem como objetivo coordenar o desenvolvimento corporativo na busca dos objetivos nacionais.

As corporações devem ser promovidas com dois objetivos funcionais: como expressão da solidariedade nacional e como meio para o desenvolvimento da produção.

As corporações não devem nivelar para baixo as habilidades individuais em função de uma coletividade arbitrária. Ao contrário, devem objetivar desenvolvê-las.

O Partido Nacional Fascista defenderá as seguintes posições em apoio aos operários:

1. Promulgação de lei estatal que estabeleça jornada oficial de trabalho de oito horas para todos os empregados, podendo ser concedidas exceções em virtude de necessidades agrícolas ou industriais especiais;
2. Promulgação de legislação de bem-estar social adaptada às necessidades atuais — particularmente nos domínios de proteção contra acidentes, invalidez e velhice para trabalhadores agrícolas, industriais ou de escritório — desde que não prejudique a produção;
3. Representação obrigatória dos trabalhadores na direção das fábricas, limitada no que diz respeito a questões pessoais;
4. Gestão da indústria e dos serviços públicos confiada a organizações sindicais que estejam moral e tecnicamente à altura da tarefa;
5. Promoção da difusão de pequenas propriedades rurais em regiões estratégicas à produção agrícola.

Pilares da política interna

O Partido Nacional Fascista visa trazer dignidade para nossos hábitos políticos, para que a vida da Nação não seja caracterizada por formas antitéticas de moralidade pública e privada.

O PNF aspira à honra suprema de governar a nação e visa restaurar o princípio ético de que os governos devem administrar o Estado em função do interesse supremo da Nação e não em função dos interesses de partidos políticos.

O prestígio do Estado-nação deve ser restaurado. O Estado italiano não é indiferente às forças arrogantes que ameaçam enfraquecer materialmente e espiritualmente a sua estrutura. Ao contrário, é um guardião zeloso, defensor e propagador da tradição, sentimento e vontade nacionais.

A liberdade de cada cidadão está sujeita a um duplo limite: a liberdade de outras pessoas jurídicas e o direito soberano da Nação de viver e se desenvolver.

O Estado deve favorecer o crescimento da Nação promovendo (mas não monopolizando) todos os esforços que promovam o desenvolvimento ético, intelectual, religioso, artístico, jurídico, social, econômico e fisiológico da coletividade nacional.

Pilares da política externa

A Itália deve reafirmar seu direito de completar sua unidade histórica e geográfica, mesmo nos casos em que a unidade ainda não foi plenamente alcançada. Deve cumprir o seu dever de baluarte da civilização latina na bacia do Mediterrâneo. Deve afirmar com firmeza e serenidade o domínio das suas leis sobre os povos de diversas nacionalidades anexados à Itália. Deve fornecer proteção aos italianos no exterior, italianos que merecem o direito à representação política.

O Fascismo considera os princípios da assim chamada *Liga das Nações* insuficientes porque, independentemente de serem membros ou não membros, as nações não gozam de igualdade dentro da *Liga*.

A difusão do Italianismo (*Italianità*) pelo mundo deve ser o objetivo do crescimento comercial da Itália e dos tratados internacionais através dos quais ela afirma sua influência. Os tratados internacionais devem ser revistos e alterados, especialmente quando contiverem cláusulas que são claramente inaplicáveis; eles devem atender às necessidades da economia nacional e mundial.

O Estado deve aproveitar ao máximo as colônias italianas no Mediterrâneo e no ultramar por meio de instituições econômicas e culturais, bem como desenvolvendo rápidas e eficientes formas de ligações e transportes entre elas.

O Partido Nacional Fascista apóia abertamente uma política de contato amigável com os povos do Oriente.

A defesa e o crescimento da Itália no exterior devem ser colocados nas mãos de um exército e uma marinha que estejam à altura das necessidades políticas da Itália e em pé de igualdade com os exércitos e marinhas de outras nações. Deve também ser colocado nas

mãos de um corpo diplomático que, ciente de seu papel, é dotado de cultura, coragem e habilidades necessárias para expressar a grandeza da Itália no plano material e simbólico.

Pilares da política e da economia

O Partido Nacional Fascista defende:

1. Que sanções concretas sejam impostas a indivíduos e corporações quando os contratos de trabalho não forem respeitados;
2. Que nos casos de atos de negligência os funcionários públicos e seus encarregados sejam punidos com sanções cíveis em benefício do lesado;
3. Que sejam tornados públicos os rendimentos tributáveis e as liquidações dos bens herdados, a fim de facilitar o controle das obrigações financeiras de cada cidadão para com o Estado;
4. Que todas as iniciativas futuras do Estado que visam proteger certos ramos da agricultura e da manufatura da concorrência estrangeira sejam concebidas como um estímulo às forças produtivas de nossa nação e não em benefício de grupos parasitas e plutocráticos, cuja intenção é explorar nossa economia nacional.

Objetivos a curto prazo do PNF:

1. Equilibrar os orçamentos estatais e locais (quando necessário) por meio de cortes rigorosos para todas as entidades parasitas ou redundantes por meio de reduções de despesas que não sejam essenciais para o bem-estar dos beneficiários e nem justificadas por objetivos mais gerais;
2. Descentralização da administração pública para simplificar os serviços de entrega e agilizar a nossa burocracia, sem cair na armadilha do regionalismo político (ao qual nos opomos veementemente);
3. Proteger o dinheiro dos contribuintes contra o uso indevido, por meio da abolição de todas as concessões e subvenções dos governos estatais ou locais a consórcios, cooperativas, fábricas, clientelas especiais e outras entidades igualmente incapazes de sobreviver por conta própria e não indispensáveis à Nação;
4. Simplificar o código tributário e distribuir a carga tributária segundo critérios proporcionais (que não configurem “espoliação proporcional”) de forma que nenhuma categoria de cidadãos seja indevidamente favorecida ou deficiente;
5. Oposição à demagogia financeira e fiscal que prejudica o espírito empresarial e suga as economias e a produção de nossa Nação;

6. Cessação de políticas de favorecimento de projetos públicos malogrados, empreendidos por motivos eleitorais, ou supostamente para garantir a lei e a ordem, projetos não rentáveis pela forma irregular e fragmentária como se distribuem;

7. Elaboração de um plano orgânico de trabalhos públicos em harmonia com as novas necessidades econômicas, técnicas e militares da Nação. O plano propõe:

A. Conclusão e reorganização do sistema ferroviário italiano, de modo a assegurar melhores ligações entre as regiões recém-libertadas e a Península Itálica; e para melhorar as ligações de transporte dentro da própria Península, especialmente ligações norte-sul através dos Apeninos;

B. Aceleração máxima da eletrificação das ferrovias e, de maneira mais geral, da exploração da energia hidrelétrica em nossas bacias fluviais montanhosas de modo a promover o crescimento da indústria e da agricultura;

C. Reparação e ampliação do sistema viário, especialmente na região Sul, onde esta é uma condição necessária para a resolução de inúmeros problemas econômicos e sociais;

D. Criação e reforço de ligações marítimas entre a Península Itálica e as ilhas, a costa oriental do Adriático e as nossas colônias mediterrânicas, bem como entre o Norte e o Sul, de modo a esvaziar o fluxo das ferrovias e/ou incentivar os italianos a utilizarem transportes alternativos.

E. Concentrar despesas e esforços em alguns portos estratégicos nos três mares que circundam a Península, dotando-os dos equipamentos mais modernos;

F. Luta e resistência contra todas as formas de localismo [apenas] na medida em que, no campo de empreendimentos públicos, conduzem a esforços descoordenados e frustram projetos de interesse nacional.

8. Devolver ao setor privado as indústrias que o Estado administrou mal, em particular o sistema de telefonia e as ferrovias. No que diz respeito a este último, é necessário intensificar a concorrência entre as grandes linhas, que, por sua vez, devem ser geridas de forma diferenciada em relação às linhas regionais e locais;

9. Abolição do monopólio estatal das comunicações postais e telegráficas para que a iniciativa privada possa complementar e eventualmente substituir o serviço estatal.

Pilares da política social

O fascismo reconhece a função social da propriedade privada. Ao mesmo tempo um direito e um dever, a propriedade privada é a forma de gestão que a sociedade tradicionalmente concede aos indivíduos para que aumentem o patrimônio coletivo.

Diante de uma reconstrução socialista baseada em um modelo econômico prejudicialmente coletivista, o Partido Nacional Fascista tem os pés firmemente plantados no solo de nossa realidade histórica e nacional, que não permite um tipo único de economia agrícola ou industrial, mas favorece toda e qualquer solução, individual ou de qualquer outra natureza, que garanta o máximo nível de produção e o máximo bem-estar.

O PNF defende um regime que se esforce para aumentar nossa riqueza nacional, liberando empresas e indivíduos e abolindo, de uma vez por todas, a máquina enferrujada, cara e improdutiva do Estado. O partido, portanto, apóia todos os esforços para aumentar a produtividade da Itália e eliminar as formas de parasitismo individual ou coletivo.

O Partido Nacional Fascista também defende:

1. Que se disciplinem os confrontos desordenados entre classes e interesses socioeconômicos divergentes, para o que é imprescindível que as organizações representativas de trabalhadores e empregadores tenham reconhecimento legal (para que, por sua vez, sejam legalmente responsabilizadas);

2. Que seja promulgada e estritamente aplicada uma lei que proíba greve de servidores públicos. Além disso, devem ser constituídas juntas arbitrais compostas por representantes do poder Executivo, entre os operários em greve, e entre os contribuintes.

Política educacional

O objetivo geral das escolas deve ser a formação de indivíduos que possam contribuir para o progresso econômico e histórico da Nação, a elevação do nível moral e cultural das massas e uma renovação contínua da elite governante por meio do treinamento dos melhores elementos dentro cada classe social.

Para esses fins, as seguintes medidas são urgentes:

1. Combate ao analfabetismo, através da construção de escolas e vias de acesso e de todas as medidas do Estado que julguem cabíveis;

2. Que a escolaridade obrigatória se estenda até a sexta série nos municípios onde haja escolas que possam acomodar todos os alunos. Em todos os outros municípios, escolaridade obrigatória pelo menos até a quarta série;

3. A instituição de escolas primárias nacionais rigorosas, cuja tarefa é moldar física e moralmente os futuros soldados da Itália. Para cumprir este mandato, é necessário um monitoramento estatal intensivo sobre os programas, seleção e desempenho de professores (especialmente em municípios nas mãos de forças antinacionalistas);

4. Escolas e universidades gratuitas, embora seja obrigatório o acompanhamento do Estado dos programas acadêmicos e do espírito do que está sendo ensinado, assim como o

envolvimento direto do Estado na instrução pré-militar, visando facilitar a formação dos oficiais;

5. Colégios de formação de professores regidos pelos mesmos princípios que regem as escolas onde os professores serão empregados. Portanto, as escolas que formam professores do ensino fundamental devem manter um caráter nacional rigoroso;

6. Desenvolvimento de um plano para o estabelecimento de escolas profissionais, industriais e agrárias, que contem com os recursos e a experiência acumulada de artesãos e agricultores. Essas escolas teriam como finalidade o aumento da produtividade da Nação e a formação de uma classe intermediária de técnicos, entre operários e gestores. Para tanto, o Estado terá que complementar e coordenar os esforços existentes do setor privado, deslocando-os para onde forem considerados insuficientes;

7. Atribuir às escolas de ensino fundamental e médio um caráter “clássico”. Todos os tipos de escolas de ensino médio devem ser unificadas, para que o latim seja estudado por todos os alunos. O francês não deve mais ser a única língua estudada junto com o italiano. A segunda língua moderna deve ser escolhida em função da necessidade regional, especialmente nas áreas que fazem fronteira com outras nações;

8. Centralização de todos os benefícios educacionais, bolsas e assim por diante, sob a égide de um único instituto administrado pelo Estado. Tal instituto selecionará os alunos mais inteligentes e mais esforçados nas primeiras séries e garantirá que eles prossigam para o ensino superior. Isso neutraliza (quando necessário) o egoísmo dos pais e fornece aos alunos necessitados ajuda financeira substancial;

9. Melhoria do salário e da condição de professores e oficiais do Exército (que são, afinal, os educadores militares da Nação). Isso deve proporcionar-lhes mais respeito e os meios para expandir seus horizontes culturais. Irá também inspirar neles e no público em geral uma maior consciência da importância nacional da sua missão.

Justiça

Devem ser promovidos métodos preventivos e terapêuticos contra o crime, como escolas reformatórias, manicômios, asilos para criminosos e assim por diante. As sentenças penais são um meio de autodefesa por parte de uma sociedade nacional cujas leis foram violadas. Elas geralmente têm o objetivo de ter valor intimidatório e corretivo. Do ponto de vista do segundo, é fundamental que se melhore a higiene das prisões e que, com a introdução do trabalho prisional, se aperfeiçoe a sua função social. Os tribunais especiais devem ser abolidos.

O Partido Nacional Fascista é a favor de uma reforma do código penal militar.

Processo de julgamento deve ser rápido e eficiente.

Defesa nacional

Todo cidadão é obrigado a servir nas Forças Armadas. Nosso exército deve começar a se ver integrado em uma única Nação armada, uma Nação na qual convergem todas as forças individuais, coletivas, econômicas, industriais e agrícolas com o propósito supremo de defender nossos interesses nacionais.

Para tanto, o Partido Nacional Fascista defende a criação imediata de um exército completo e perfeito, um exército que zele pelas fronteiras recém-conquistadas como uma sentinela vigilante e que, na fonte doméstica, assegure que a reserva nacional infinita de espíritos, homens, e os meios militares sejam sempre treinados, organizados e arregimentados de forma que estejam sempre prontos para tempos de perigo e glória.

Com este mesmo objetivo, o exército, junto com escolas e clubes desportivos, deve infundir nos corpos e espíritos dos cidadãos a aptidão e os conhecimentos necessários para a batalha e o sacrifício em nome da Pátria (instrução pré-militar).

Organização

Fascismo é um organismo cujos objetivos são:

- A. Políticos.
- B. Econômicos.
- C. Combativos.

No campo político, o fascismo se opõe ao sectarismo. Ele acolhe qualquer pessoa que defenda sinceramente seus princípios e obedeça a sua disciplina. Estimula e valoriza os gênios, reunindo-os em grupos de especialistas de acordo com sua especialidade. Participa intensa e regularmente em todos os aspectos da vida política, colocando em prática contingente aquilo que não está fora do quadro pragmático de sua doutrina, ao mesmo tempo em que reafirma a doutrina como um todo abrangente.

No campo econômico, o fascismo apóia a criação de corporações profissionais que, dependendo das circunstâncias históricas ou geográficas, podem ser genuinamente fascistas ou de caráter independente. Só uma coisa é crucial: que sejam profundamente embebidos do princípio de que a Nação está acima de todas as classes sociais.

No que diz respeito ao caráter belicoso, o Partido Nacional Fascista é igual aos seus *Squadristi*. Os *Squadristi* são milícias voluntárias que lutam a serviço do Estado-nação. Eles são uma fonte viva de força na qual e através da qual a ideia fascista se corporifica e se defende.